



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1444

## **RELAÇÕES BRASIL-EUA DURANTE O SEGUNDO GOVERNO VARGAS: O DEBATE POLÍTICO EM TORNO DA LEI DE REMESSA DE LUCROS NO JORNAL *ÚLTIMA HORA* (1951-1952)**

Natália Abreu Damasceno  
(Universidade Estadual de Maringá)

Este trabalho consiste na análise das narrativas veiculadas entre 1951 e 1952 pelo jornal *Última Hora* (UH) a respeito das relações comerciais e financeiras entre Brasil e EUA no contexto da lei de remessa de lucros promulgada durante o Segundo Governo Vargas. O estudo orienta-se de modo a possibilitar o mapeamento da construção e difusão de estereótipos legitimadores de posturas amigáveis, e de seus hiatos, que delinearam as relações entre ambos os países naquele período. Isso foi efetuado por meio da análise das publicações do UH, influente jornal carioca de circulação nacional e porta-voz dos desígnios do Governo. À luz dos princípios da Nova História Política, buscamos investigar quais imagens mentais e conjuntos de sentidos e significados foram compartilhados e difundidos a fim de que a lógica da “barganha nacionalista” obtivesse respaldo no seio da opinião pública brasileira. Os estereótipos evocados nesse debate nos ajudam a compreender o que estava em jogo nas relações Brasil-EUA à época e o poder simbólico do discurso que os círculos políticos varguistas lançavam mão a fim de legitimar o seu projeto de emancipação econômica do Brasil e de modificar o perfil da dependência brasileira em relação à potência estadunidense em plena vigência da Doutrina Truman.

**Palavras-chave:** *Última Hora; Relações Brasil-EUA; Lei de remessa de lucros*

Financiamento: CAPES

O Segundo Governo Vargas foi um período marcado pelo estremecimento das relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos. Os esforços para a consolidação do processo de industrialização nacional, as políticas trabalhistas e o discurso nacionalista de Getúlio Vargas foram fatores que acirraram tensões. À medida que o Brasil ia se modernizando, uma incipiente burguesia industrial questionava os parâmetros da diplomacia da agro exportação e reivindicava reajustes nas estruturas de poder (CERVO, 2001). Ainda que, segundo Visentini, essa onda de transformações se devesse “muito mais às necessidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil

(como as estatizações de serviços públicos) do que a uma estratégia antiimperialista.” (VISENTINI, 2010, p. 211), as pressões das classes médias e das massas urbanas por mudanças eram vistas com desconfiança pelos EUA.

A busca brasileira por maior autonomia no cenário internacional e pela consolidação da economia doméstica exerceu impacto especialmente dramático na política externa estadunidense devido ao clima de hostilidade e inquietação próprio do pós Segunda Guerra Mundial. Naquele contexto, governos que adotassem medidas nacionalistas que acabavam por diminuir o poder de intervenção dos EUA eram prontamente considerados inimigos da democracia, da liberdade e do capitalismo (MUNHOZ, 2010). Assim, nesse período de gênese da Guerra Fria, os Estados Unidos pressionavam países latino-americanos por meio da promessa de auxílio econômico e militar e da supervalorização de uma suposta ameaça comunista na América Latina, a fim de estabelecer sua hegemonia sobre o restante do continente e afastar governantes cujas inclinações não eram compatíveis com os interesses estadunidenses (LIVINGSTONE, 2009).

Nessa perspectiva, a política de Washington em relação à América Latina orientava-se pelo apoio e incentivo aos governos “confiáveis” que seguissem a lógica do produtivismo, que aderissem ao liberalismo, que controlassem o operariado, marginalizassem a esquerda, enfim, deixassem o caminho livre e a atmosfera estável para a entrada de capitais. Portanto, a fim de garantir o estreitamento das relações com a potência continental já no imediato pós-guerra, o presidente Dutra adotou a postura do alinhamento quase que automático aos Estados Unidos. Nos anos do seu mandato (1945-1950), a política subserviente do chanceler brasileiro, Raul Fernandes, fez prevalecer esforços para a criação de um ambiente propício à atração do capital privado estrangeiro por meio da eliminação de restrições e controles cambiais, da diminuição dos preços dos produtos primários brasileiros e da redução do controle dos recursos estratégicos (VISENTINI, 2010).

Diferente dos muitos “ditadores amigos” do hemisfério à época, Vargas já não era mais ditador em 1950, tampouco liberal e nem abriu facilmente as portas ao capital estadunidense. Ao implementar a “barganha nacionalista” assumiu como diretrizes essenciais o aparelhamento econômico industrial sem perder de vista a defesa

nacional. Por isso, a eleição de Vargas prometia mudanças no perfil diplomático do Brasil (MUNHOZ, 2010). Em termos de política externa, o segundo governo de Getúlio promovia a busca pela multilateralidade nas relações, o aumento da representação do Brasil em organizações internacionais, expansão de parceiros comerciais e a atração de financiamentos sob a tutela do Estado para custear a industrialização e a exploração de recursos minerais. As expectativas dos setores pró-Vargas eram, então, as de modificar o perfil de inserção nacional do Brasil no cenário mundial por meio da conquista da bilateralidade nas negociações com os EUA e da emancipação econômica. (BANDEIRA, 1973).

Já nos primeiros anos de governo, tornou-se evidente que a conquista desses objetivos seria mais complicada do que parecia, pois as relações Vargas-Truman foram pautadas pelo ressentimento brasileiro diante das prioridades dos EUA e por um clima de desconfiança mútua. As constantes tentativas de conciliação com os interesses dos segmentos sócio-políticos favoráveis ao alinhamento com os EUA provocaram avanços e recuos tanto na política interna quanto na externa. Assim, visando analisar as contradições e ambiguidades das relações entre Brasil e Estados Unidos nesse período, nos propomos a pensar o periódico *Última Hora (UH)* como observatório da produção de um discurso que, alinhado aos interesses de Vargas, difundia concepções e valores favoráveis ao projeto “nacional-desenvolvimentista” do Governo. Privilegiando, neste artigo, o debate político em torno lei de remessa de lucros, cuja promulgação configura ponto nevrálgico das tensões nas relações entre os dois gigantes de América, encontramos espaços significativos para a discussão de políticas nacionalistas, de restrições ao capital estrangeiro e demais recursos que representassem o Brasil como um país autônomo e capaz de negociar de igual para igual com os Estados Unidos.

Dessa maneira, a análise das páginas do *Última Hora* nos dá pistas sobre o imaginário político em que a lei de remessa de lucros esteve fundamentada. Desde as primeiras edições do vespertino, o debate em torno das políticas comerciais e cambiais brasileiras gravitou em torno de denúncias ao mercado negro de dólares e à importação de produtos à revelia de sua disponibilidade em território nacional. Especialmente em 1951, a evasão de divisas foi tema de destaque nas colunas sobre economia, política e mesmo nas colunas policiais. Muitas eram as menções aos

“gangsters do dólar” ou à “máfia dos Cadillacs”, que ao esbanjarem clandestinamente divisas com artigos de luxo eram responsabilizados pela falta de dólares para a compra de materiais ferroviários ou equipamentos que fortalecessem a indústria de base e viabilizassem a exploração de recursos energéticos. O compromisso com a substituição das importações a fim de garantir prioridade aos produtos que impulsionassem o desenvolvimento da economia nacional foi insistentemente expresso nos editoriais, campanhas empreendidas pelo periódico e mesmo nas notícias supostamente “imparciais”. De anúncios publicitários que exaltavam produtos nacionais, tirinhas que criticavam a compra de maçãs italianas e uvas argentinas enquanto abundavam laranjas brasileiras, às análises mais elaboradas de economistas, eram diversos os elementos favoráveis à substituição das importações destinados a atingir a opinião pública brasileira.

Aliás, a idéia de controle das importações era um dos pilares do debate sobre os problemas econômicos da época. De acordo com a interpretação veiculada pelo *UH*, a importação de supérfluos ou de produtos que possuíam equivalentes fabricados no Brasil eram posturas que além de endividar o país, brecavam o desenvolvimento da indústria nacional e a conseqüente emancipação econômica. Portanto, ao explorar os danos causados à nação pela abertura irrestrita do mercado ao capital estrangeiro empreendida pelo governo Dutra, buscava-se legitimar a intervenção do Estado como instância protetora da economia nacional e condutora do processo de modernização do país. Para o vespertino, tratava-se de garantir que o Brasil não gastasse mais do que se produzia, direcionando os investimentos para o amadurecimento da economia interna.

Nos primeiros meses de existência do jornal, que coincidiam com a metade do primeiro ano de gestão de Vargas, as posturas do governo Dutra foram abertamente criticadas e classificadas como irresponsáveis e predatórias. Essa construção a respeito de um passado recente era utilizada para a fabricação de um contraste que consolidaria o atual governo como agente político habilitado para fazer florescer a economia brasileira. No entanto, o estabelecimento de uma política cambial que conferisse um efetivo protagonismo ao Estado foi um complexo processo composto por avanços e recuos. A promulgação da lei que regulamentava a remessa de lucros para

o exterior a 8% em 1952 encontrou impasses no seu funcionamento e desencadeou represália tanto das elites brasileiras, quanto de empreendedores estadunidenses.

As tensões no debate sobre a política de câmbio do Brasil são visíveis desde os primeiros números do jornal e se intensificaram em julho de 1951, quando a luta contra o câmbio negro de dólares estimulou reelaborações na política cambial vigente. As constantes denúncias a esse mercado negro afirmavam insistentemente que a fuga de dólares pelo câmbio clandestino trazia carência de divisas e gerava inflação. As controversas posturas de Vargas, que instituiu primeiro o mercado de livre câmbio para depois decretar a lei de regulação da remessa de lucros a 8%, seria, assim, um artifício para manter o custo de vida da população em níveis razoáveis e preparar o terreno para uma reforma cambial que fosse realmente segura para a economia do Brasil. Adequando as políticas de câmbio às necessidades do mercado externo e interno, o governo estaria equilibrando a atração de investimentos e o seu emprego na promoção do desenvolvimento nacional.

Enquanto Vargas realizava manobras para conciliar internamente os interesses de forças políticas opostas, o contexto internacional oferecia outros obstáculos ao nacional-desenvolvimentismo. Em agosto de 1951, uma nota da *United Press* publicada no *Última Hora* divulgou que nos Estados Unidos, “A Comissão das Relações Exteriores do Senado recomendou uma redução de 80.6000.000 dolares no pedido de verbas para a ajuda militar e economica [sic] à América Latina”<sup>1</sup>. Naquele mesmo mês, outra nota havia sido anteriormente divulgada, também pela U.P., com os valores destinados a cada região do mundo a partir do programa de auxílio ao estrangeiro da Comissão de Assuntos Estrangeiros da Câmara dos Representantes. Na lista veiculada, a América Latina aparecia como a região menos beneficiada, contando com um auxílio militar de U\$40.000.000 e auxílio econômico de U\$22.000.000, enquanto a Europa receberia U\$5.028.000.000 de auxílio militar e U\$1.335.000.000 de auxílio econômico<sup>2</sup>. Ou seja, além de fazer parte da região menos contemplada pelo programa de auxílio ao estrangeiro, os investimentos dos EUA no Brasil ainda estavam sujeitos a cortes.

---

<sup>1</sup> A COMISSÃO. Resenha em 3 minutos. *Última Hora*, ed. 65, 25.ago.1951, p. 6

<sup>2</sup> CORTES no programa de auxílio ao estrangeiro. *Última Hora*, ed 53, 11.ago.1951, p. 6.

Diante desse quadro, que expressa um momento de fragilidade na cooperação entre Brasil e Estados Unidos, é perceptível a intensificação do discurso em favor da emancipação econômica tanto em pronunciamentos públicos do presidente quanto em entrevistas, matérias e editoriais do jornal. Em 11 de setembro de 1951, a capa do vespertino anunciava uma campanha contra a discriminação na concessão de créditos a firmas nacionais e estrangeiras nos Estados Unidos após ter sido proibida a filial do Banco do Brasil em Nova York de receber depósitos de cidadãos estadunidenses<sup>3</sup>. Frases de impacto como “O dinheiro nacional está virando estrangeiro!”<sup>4</sup> espalhadas por toda a série de reportagens sobre o assunto delimitam uma postura de confronto aberto e de combate às regalias do capital estadunidense no Brasil. A sequência de notícias e a abordagem dos temas conformam uma narrativa na qual as reformas na política cambial, o controle das importações e a modernização brasileira eram construídas como etapas de um objetivo maior: a emancipação econômica.

As matérias assinadas por Homero Homem, como a publicada na edição 78, eram enfáticas e incisivas ao clamar pela proteção da economia nacional.

Dinheiro nacional, difícil de ganhar, ainda mais difícil de fazer prosperar e que, em vez de retornar à sua função básica de produzir riqueza, vai toda para os empreendimentos tipo Coca-Cola, tipo Sears Roebuck, quando não piores. Dinheiro, sobretudo, fácil de se evadir do país, conforme mostraremos em nossas reportagens futuras. Dinheiro que não nos deixa senão uma sensação de vacuo, de buraco feito no estômago, ulcera que é, roendo as vísceras da Nação, sem nada de bom nem de útil a nos oferecer em troca do mal que nos causa!<sup>5</sup>

A linguagem dramática nos remete a um apelo e à negação da ideia de que a entrada de capital estrangeiro é equivalente à salvação nacional. Entretanto, a indignação expressa no texto é pragmática, pois não há a intenção de ser um libelo nacionalista a favor do combate sistemático ao capital estrangeiro. A crítica é seletiva e moderada à medida que ressalta que

---

<sup>3</sup> ABSURDA e revoltante desigualdade de tratamento: dólares para o Banco do Brasil – Não! Cruzeiros para o City Bank de N.Y., Sim! Discriminação na concessão de créditos a firmas nacionais e estrangeiras. *Última Hora*, ed. 78, 11.set.1951, p.1.

<sup>4</sup> O DINHEIRO está virando estrangeiro! Facilidades para bancos estrangeiros, dificuldades para os bancos nacionais. *Última Hora*, ed. 79, 12.set.1951, p. 1.

<sup>5</sup> HOMEM, Homero. Dólares para o Banco do Brasil – Não! Cruzeiros para o City Bank de N.Y., Sim!. *Última Hora*, ed. 78,11.set.1951, p.4.

assim como existem tipos de sangue de cuja melhor sabedoria de escolha e aplicação depende a vida ou a morte do paciente, existem também, em relação aos capitais estrangeiros, alguns tipos que nos convêm melhor do que outros.<sup>6</sup>

Na edição de 12 de setembro, a crítica assume contornos mais nítidos e revela o compromisso com um propósito político específico. Alegava-se em reportagem que o Brasil se encontrava numa situação de desamparo devido à ausência de uma lei “específica que regule a aplicação do dinheiro nacional e estrangeiro e assegure a sua permanência no país – único recurso para por cômbo ao colossal fenômeno do empobrecimento gradativo de um país pela evasão da moeda bancária.”<sup>7</sup>. Neste mesmo número, encontra-se, em outra matéria, o apelo à elaboração de uma lei que “responda de igual para igual aos países que não criam nem pretendem criar facilidade à instalação de agências de nossos bancos em seu território. Uma lei atual, moderna e hábil.”<sup>8</sup>.

O período dessas publicações coincide com a ida do Ministro Horácio Lafer aos EUA para discutir relações comerciais e financeiras. Enquanto isso, a campanha pela elaboração de uma lei que limitasse a exploração da economia nacional pelo capital estrangeiro ganhava força e incorporava vozes de figuras políticas importantes, como Osvaldo Aranha. No número 81 do jornal, Aranha defendia que a atitude dos EUA “não é uma discriminação contra nós, como disse o seu jornal, mas a aplicação de uma lei, a meu vêr, sábia e secular. Devemos, proceder da mesma maneira”. Para ele, imitar o modelo estadunidense “não prejudicará o capital estrangeiro, mas, ao contrário, separando-o do nacional para os efeitos de aplicação, dará àquele a segurança de transferencia [sic] e outras, garantidas por nossas leis”<sup>9</sup>.

É possível observar que à medida que a proposta da lei se aproximava dos âmbitos institucionais e ganhava espaço entre os círculos políticos, a imagem construída em torno dos Estados Unidos sofria transformações. O gigante explorador,

---

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> O DINHEIRO está virando estrangeiro! Facilidades para bancos estrangeiros, dificuldades para os bancos nacionais. *Última Hora*, ed. 79, 12.set.1951, p. 1.

<sup>8</sup> MÁGICA que nos levará à ruína: O dinheiro nacional está virando estrangeiro!. *Última Hora*, ed. 79, 12.set.1951, p.1.

<sup>9</sup> BANCO estrangeiro não deve receber depósitos. *Última Hora*, ed. 81, 14.set.1951, p.2.

sedento por hegemonia, cujas grandes empresas provocam “úlceras” na economia nacional se metamorfoseava gradativamente em referência de legislação bancária e cambial e mesmo em parceiro nas relações comerciais. Notícias do bom acolhimento a Lafer nos EUA passavam a ser publicadas com frequência e acabavam por ofuscar o tom hostil do início da campanha. Na capa da edição 82, a nomeação de Lafer ao posto de principal governador do Banco Internacional por iniciativa dos EUA era interpretada como tradução de confiança e respeito, além de símbolo de cordialidade das relações<sup>10</sup>.

Desta forma, percebemos que o ajuste do vocabulário e a suavização dos argumentos favoráveis à elaboração da lei, antes vista sob o prisma da reação urgente à exploração imperialista e depois entendida como evolução modernizadora essencial à legislação brasileira, estavam condicionados não só à conveniência de conquistar apoio no Congresso, mas também à necessidade de frear possíveis represálias dos EUA e de fabricar uma atmosfera de consenso que arrefecesse os ataques da oposição. Nesse sentido, outra imagem de Brasil também é construída. O país deixa de ser concebido pelo jornal como uma vítima cujas riquezas são drenadas pelo capital estrangeiro devido à fragilidade de suas políticas econômicas, e passa a ser esboçado como uma nação soberana em desenvolvimento que refuta posturas submissas, respeita, se inspira e se coloca em pé de igualdade com os Estados Unidos. Assim, a revolta e o ressentimento em relação à nocividade da atuação de empresas estadunidenses no Brasil, dava lugar a um clima de esperança de compreensão e de cooperação com as reformas cambiais e as novas políticas financeiras e comerciais a serem realizadas pelo Governo.

Entretanto, ainda que o periódico insistisse no inabalável respeito mútuo entre Brasil e EUA, é notável o crescente espaço que ocupam as matérias destinadas a rebater críticas, muitas vezes estadunidenses, à lei de remessa de lucros. O discurso, seja por meio da voz de políticos pró-Vargas, economistas ou do próprio editorial, é veiculado sob vários matizes, mas as imagens de Brasil evocadas recorrem a simbologias semelhantes: ao sangramento da economia brasileira, à condição colonial

---

<sup>10</sup> HONRADO o Brasil através de Lafer. *Última Hora*, ed. 82, 15.set.1951, p.1.



da dependência econômica do Brasil, ao caráter mercantilista e explorador daqueles que se opunham à regulamentação e à necessidade de relações igualitárias entre os países do continente. Foi justamente nesse ambiente de inquietação política que em 3 de janeiro de 1952, um novo decreto regulamentando a lei da remessa de lucros foi promulgado.

As publicações do *Última Hora* deste mês divulgaram além do regulamento completo da lei, um arsenal de justificativas e de análises que endossavam a sua importância para a economia brasileira. A busca pelo respaldo à lei de remessa de lucros se utilizou da noção de fraternidade e do crescimento conjunto do Brasil e dos EUA, ainda que se tratasse de uma medida nacionalista em defesa contra a exploração hegemônica da potência estadunidense. Tal fraternidade chegava a confundir-se com empatia na reportagem publicada em 9 de janeiro em que é resgatada a declaração de Eugene Black, presidente do Banco Internacional (BIRD), de que a ampla liberdade de retorno de capitais ao estrangeiro era um crime contra a economia brasileira<sup>11</sup>. Empregando a voz de uma figura eminente e aparentemente insuspeita a serviço da fabricação da credibilidade da lei recém-instituída, o vespertino instrumentalizou a declaração dada na última visita de Black ao Brasil para confirmar a solidariedade dos EUA em relação à nova lei e afastar os temores das retaliações estadunidenses.

De acordo com Walter Lippmann (1997), a mídia enfatiza os fatos sobre os quais se deseja que a opinião pública atue. No discurso construído pelo *UH*, as notícias que contemplavam a cumplicidade com os EUA eram abundantes e ganhavam destaque, enquanto que as críticas ou receios estadunidenses em relação à regulamentação da remessa de lucros apareciam em menor quantidade ou eram classificadas como mal entendidos ou boatos que deviam ser desmentidos. Maria Celina D'Araújo aponta que o processo de aprovação da lei e as suas consequências foram conflituosos, pois o decreto claramente não contava com a compreensão e colaboração de Washington, mas, como observamos, na abordagem desse tema pelo *UH*, era necessário alimentar um imaginário político que inspirasse confiança na medida governamental e na capacidade brasileira de negar posturas subservientes sem sofrer grandes prejuízos.

---

<sup>11</sup> OPINA E. Black: "Crime contra o Brasil o retorno do capital estrangeiro". *Última Hora*, ed. 177, 9.jan.1952, p.1.

Com efeito, diferente da realidade construída pelo jornal, José Augusto Ribeiro afirma que “Ao tomar conhecimento do decreto, o subsecretário de Estado, Edward Miller, advertiu, em tom de ameaça, que os Estados Unidos poderiam suspender todos os seus financiamentos ao Brasil” (RIBEIRO, 2001, p. 112). Ademais, o autor aponta que o Conselho Americano da Câmara de Comércio sugeriu a suspensão dos empréstimos ao seu maior aliado sul-americano. A postura do Conselho e de Miller, foram tratadas pelo vespertino como uma “Voz que destoa do sentimento democrático norte-americano” que, motivada por um mercantilismo voraz, não representava o povo ou o governo estadunidense e que pretendia perturbar a cordialidade entre os dois países em favor de interesses próprios<sup>12</sup>. Todavia, as pressões e as ameaças de não aprovação dos financiamentos pelo Eximbank e pelo BIRD - que apesar de internacional era controlado pelos EUA – mostram que a tensão gerada pela aprovação da lei era muito mais generalizada do que o noticiado pelo jornal.

O estudo de D’Araujo revela que o tom nacionalista desses discursos muitas vezes não coincidia com a natureza das práticas governamentais. A autora aponta que as apreensões geradas pelo decreto em questão e a falta de colaboração do Ministério da Fazenda e da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil levaram à supressão das limitações da lei um ano depois de sua promulgação, predominando o mercado de livre câmbio (D’ARAÚJO, 1992). De fato, já em março de 1952, percebemos indícios de reelaborações e adaptações da lei a fim de garantir a entrada de capitais de investimento. A edição 235 anunciava que o Conselho Nacional de Economia realizaria um estudo minucioso das normas de remessas de lucros destinado a atrair o interesse de investidores que “procura[va] atender as [sic] conveniências e necessidades da economia nacional e aos justos interesses dos capitais estrangeiros que queiram colaborar no desenvolvimento de nossas riquezas.”<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> VOZ que destoa do sentimento democrático norte-americano. *Última Hora*, ed. 184, 17.jan.1952, p.1 ; INDIFERENTE o o Govêrno ante as insólitas declarações de Miller e Sloan. Vargas não recuará. *Última Hora*, ed. 185, 18.jan.1952, p. 3.

<sup>13</sup> POLÍTICA de investimentos de capitais estrangeiros. *Última Hora*, ed. 235, 19.mar.1952, p. 3.

Contudo, a concessão de empréstimos e a atração de investimentos para o desenvolvimento da economia nacional esbarravam num problema. Os Estados Unidos consideravam

pouco atraente investir na infraestrutura brasileira, quando seu capital sofria restrições nos setores de seu interesse prioritário, como o de remessa de lucros, controlado pelo governo brasileiro. Além disso, as atitudes e o discurso nacionalista do governo Vargas, eram encarados como um fator de risco (VISENTINI, 2010, p. 219).

Desse modo, comprometido com o que convencionou-se chamar de Doutrina Truman, as atenções do presidente estadunidense estavam todas voltadas para a contenção ao comunismo nas “zonas de risco” de influência soviética, como a Europa Ocidental e a Ásia, cujas economias estavam sendo brindadas com vultosos investimentos dos EUA. Segundo Gilderhus (2000), Truman esquivava-se dos pedidos de auxílio econômico relegando a América Latina ao capital privado estadunidense. Essa postura negligente frente às necessidades latino-americanas fazia parte de uma dinâmica nas relações continentais já evidente por volta de 1947, quando Truman afirmou em coletiva de imprensa que não haveria um programa equivalente ao Plano Marshall para a América Latina. Em março de 1948, o jornalista Jack Werkley sinaliza no periódico *New York Herald Tribune* o descontentamento latino-americano com a distribuição do auxílio econômico estadunidense, evidenciando um descompasso entre os interesses dos Estados Unidos e da América Latina:

A perspectiva de auxílio financeiro do Governo americano aos países do Continente seria de benefício ao capital privado, mas o capital americano tem deixado de ser aplicado na América Latina por que os seus países mantêm medidas restritivas quanto à sua aplicação<sup>14</sup>.

Assim, uma vez que já em 1948 as dificuldades de alcançar um consenso para o modelo de cooperação econômica interamericana eram intensificadas pela adoção de medidas restritivas ao capital estadunidense, a promulgação da lei brasileira de

---

<sup>14</sup> CONFERÊNCIA de Bogotá. Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil-Washington. Pasta 49-2-7. Carta Telegrama (CT) 446/962.IX. O acesso a esse documento se deu por meio das anotações feitas pelo Prof. Sidnei J. Munhoz quando da sua consulta ao Arquivo Histórico do Itamarati.

remessa de lucros em 1952 representava um ato ainda mais explícito de protecionismo que agravava um desgaste já existente nas relações com os EUA.

Desse modo, a instituição da lei de remessa de lucros integrava um contexto de intensas oscilações no debate político sobre as relações comerciais e financeiras com os EUA entre 1951 e 1952. Construindo uma impressão de consonância de interesses com os Estados Unidos e atacando posturas que inviabilizassem o projeto desenvolvimentista de Vargas o jornal desempenhava importante papel político ao se empenhar em fazer crer que a barganha nacionalista era não só compatível com as demandas domésticas, mas também bem acolhida pela conjuntura internacional. Portanto, considerando-se os desencontros entre as expectativas e os acontecimentos; os objetivos do projeto varguista de modernização brasileira e a política externa de Truman; e entre a retórica nacionalista do porta-voz midiático do presidente e o efetivo poder de barganha brasileiro, é seguro afirmar que as contradições nas relações Brasil-EUA desse período eram, em última instância, produto do dilema da busca por autonomia nacional num contexto em que a emancipação econômica contrariava os interesses da potência que comandava a economia mundial.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina: Velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001. pp. 23-144.
- BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Segundo Governo Vargas(1951-1954): democracia, partidos e crise política**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992.
- GILDERHUS, Mark T. **The second century: U.S.-Latin American relations since 1889**. Wilmington, DE: Scholarly Resources, 2000.
- LIPPMANN, Walter. **Public Opinion**. New York: Free Press Paperbacks, 1997.
- LIVINGSTONE, Grace. **America's Backyard: The United States & Latin America from the Monroe Doctrine to the War on Terror**. New York & London: Zed Books, 2009.
- MUNHOZ, Sidnei J. Na gênese da Guerra Fria: os EUA e a repressão ao comunismo no Brasil. In: MUNHOZ, Sidnei J.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: Eduem, 2010.
- MUNHOZ, Sidnei J.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: Eduem, 2010.
- RIBEIRO, José Augusto. **A era Vargas 1950-1954: o segundo governo Vargas**. Vol 2. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2001.

VISENTINI, Paulo G. O Populismo e as relações Brasil-EUA (1945 a 1964): a dialética do alinhamento e da autonomia. In: MUNHOZ, Sidnei J. ; SILVA, Francisco Teixeira da. (orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: Eduem, 2010.